



Juíza,

**Patricia Pérez Goldberg**

Chile

## Cargo atual

Juíza da Corte Interamericana de Direitos Humanos

## Idiomas

Bílingue: Castelhana – Inglês.

## Antecedentes acadêmicos

Dezembro 2019 - março 2020	Participação no Mestrado de Filosofia em Criminologia, Instituto de Criminologia de Cambridge University.
2016-2020	Doutora em Direito pela Universidade de Valparaíso. Tese: "As Mulheres Privadas de Liberdade e a Abordagem de Capacidades", aprovada com distinção máxima.
2013	Doutora <i>Honoris Causa</i> , California Western School of Law.
2010	Mestre em Direito Penal e Ciências Penais, Pontifícia Universidad Católica de Valparaíso.
2009	Participante do Terceiro Programa de Capacitação sobre o Sistema Interamericano para Defensores Públicos Oficiais das Américas. Corte Interamericana de Direitos Humanos e Associação Interamericana de Defensorias Públicas. Santo Domingo, República Dominicana.
2009	Curso de "Reforço, Atualização e Aprofundamento sobre o Sistema de Justiça Penal Juvenil", Pontifícia Universidad Católica.
2008	Participante do Seminário - Oficina "Clínica Legal sobre Litígio Interamericano para Defensores Públicos", Instituto Interamericano de Direitos Humanos.



2007	Diploma em "Gestão Pública com Enfoque de Gênero", Flacso.
2006	Diploma "Fortalecimento do Estado de Direito através da Capacitação em Direitos Humanos dos Operadores de Justiça", International Center for Transitional Justice e Centro de Direitos Humanos da Universidad de Chile.
2005	Diploma "Direitos Humanos e Processos de Democratização", Centro de Direitos Humanos da Universidad de Chile. Aprovada com distinção máxima.
2004	Curso de litigação "Realising Rights: Implementing Human Rights Through Litigation", British Council, Londres.
2002	V Curso de Especialização Proteção Jurisdicional dos Direitos da Criança para Juízes, Advogados e Promotores do Cone Sul, UNICEF, Buenos Aires.
2002	Pós-título "Aspectos Fundamentais e Tendências Atuais do Direito Penal", Universidad Católica del Norte.
2001	Diploma "A Reforma Processual Penal", Universidad de Chile.
	Participação em diversos cursos de capacitação em Direito Internacional dos Direitos Humanos e em matéria civil, penal e de direito administrativo.
1999	Advogada da Universidad de Valparaíso.
1996-1999	Assistente – aluna das cátedras de Direito do Trabalho e Seguridad Social.

## Antecedentes profissionais relacionados com a defesa, promoção e proteção dos direitos humanos

**Ministra da Justiça** (dezembro 2012 - março 2014).

**Subsecretária de Justiça** (março 2010 – dezembro 2012).

- Foi responsável pela tramitação dos projetos de lei do ministério no Congresso Nacional, como por exemplo o relativo à criação da Subsecretaria de Direitos Humanos no Ministério da Justiça; o de Penas Alternativas - que resultou em um catálogo de penas não privativas de liberdade -; a lei de Comutação de Penas, destinada a diminuir a superlotação carcerária e melhorar as oportunidades de reinserção de infratores de baixo envolvimento delitivo; a lei que criou um novo Serviço de Responsabilidade Penal Juvenil, entre outras iniciativas..



- Impulsionou uma Nova Política Penitenciária, voltada para a melhoria das condições de vida e segurança das pessoas privadas de liberdade, a capacitação em direitos humanos do pessoal da Gendarmeria do Chile, a criação de uma Unidade de Direitos Humanos (atual Departamento de Promoção e Proteção dos Direitos Humanos) e a visibilidade das necessidades das pessoas pertencentes a grupos estruturalmente desfavorecidos dentro da população carcerária (mulheres, pessoas da comunidade LGBTQ+, povos originários, pessoas com deficiência, estrangeiros). Neste contexto, desenvolveu o "Plano de 11 medidas para a Reinserção Juvenil" (Plano Jovens) e convocou um comitê de especialistas para uma Mesa de Política Penitenciária com Enfoque de Gênero, a fim de adotar medidas especiais em favor das mulheres privadas de liberdade.
- Representante do Estado no cumprimento da sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso "Karen Atala Riffo e Crianças vs. Chile". Nessa qualidade, coube-lhe realizar o "Ato público de reconhecimento da responsabilidade internacional do Estado do Chile", e zelar pela execução das medidas ordenadas por esse tribunal, em especial a ampla difusão da sentença e promover a capacitação de funcionários públicos em matéria de igualdade e não discriminação. Para esses efeitos, enquanto membro do Conselho da Academia Judicial, solicitou a inclusão dessa temática nos programas de formação de juízes e funcionários do Poder Judiciário e organizou e promoveu capacitações nos serviços dependentes do Ministério da Justiça, como por exemplo o primeiro Diploma em Direitos Humanos para funcionários da Gendarmeria do Chile.
- Encarregada da tramitação do indulto presidencial em favor da pastora aymara Gabriela Blas Blas, que perdeu seu filho de 3 anos no altiplano chileno, após o qual foi condenada como responsável pela morte da criança, em dois julgamentos sucessivos. Em ambos os processos penais, o Ministério Público acusou Gabriela pelo delito de abandono de menor em lugar solitário com resultado de morte, sem levar em conta o contexto das atividades de pastoreio que a acusada realizava acompanhada de seu filho, as circunstâncias em que ocorreu o desaparecimento da criança nem os antecedentes socioculturais da acusada, em particular seu pertencimento ao povo aymara. Após permanecer três anos em prisão preventiva, a concessão do indulto particular parcial permitiu-lhe recuperar sua liberdade, acolhendo-se ao indulto geral aprovado posteriormente.

#### **Advogada da Unidade de Estudos da Defensoria Pública Criminal (Outubro 2003 - março 2010).**

- Responsável por assessorar os defensores da Região de Valparaíso em matérias de Direito Internacional dos Direitos Humanos, Direito Constitucional, Direito Penal e Direito Processual Penal.
- Litigou casos complexos em conjunto com o defensor titular.
- Analisou e sistematizou jurisprudência internacional, nacional e regional, elaborando a primeira Base de Jurisprudência da Defensoria Penal da Região de Valparaíso.
- Ministrou cursos para defensores penais públicos nas seguintes matérias: Litigação, Incorporação de Padrões do Direito Internacional dos Direitos Humanos, Abordagem de Gênero para a Defesa Penal, Violência Doméstica e Femicídio, e também para profissionais de saúde mental da Sociedade de Neurologia, Psiquiatria e Neurocirurgia, sobre o Marco Jurídico da Psiquiatria Forense e sobre a sentença da Corte Interamericana no Caso Ximenes Lopes Vs. Brasil.

#### **Defensora Pública Criminal (Novembro 2001 - setembro 2003).**

- Litigou casos criminais na Região de Coquimbo, comparecendo perante os Juízes de Garantia, Tribunais de Julgamento Oral em matéria Penal e a Ilustre Corte de Apelações de La Serena.



## Advogada-Chefe da Corporação de Assistência Judiciária (Abril 2000 – outubro 2001).

- Esteve à frente de casos civis e casos criminais como defensora e como acusadora.
- Foi advogada executora do projeto “Defesa dos Direitos do Jovem”.
- Liderou as atividades dos profissionais e estagiários sob sua responsabilidade.
- Organizou e liderou atividades de divulgação e capacitação para a comunidade (seminários, consultório jurídico móvel e programas de rádio).
- Articulou uma rede de colaboração com outras instituições ligadas à prestação de assistência jurídica, tais como SENAME, SERNAM, SERPAJ, Programa Chile Barrio, Serviço de Registro Civil e Identificação, entre outras..

## Outros antecedentes profissionais

Outubro 2015 – até hoje	Cartório de Registro de Imóveis de Villa Alemana.
Janeiro 2019 – até hoje	Membro do Conselho Diretor do Centro de Estudios de Justicia de las Américas (CEJA).
Janeiro 2014 - 2018	Diretora Fundação Proyecto B.

## Docência

### Litigância (graduação)

Pontificia Universidad Católica de Valparaíso e Universidad Adolfo Ibáñez.

### Litigância (pós-graduação)

Universidad de Valparaíso e Universidad del Desarrollo.

## Publicações

- “La participación de mujeres en órganos y tribunales internacionales”, *in* Revista Trayectorias Humanas Continentales (2023).
- “Las mujeres privadas de libertad y el enfoque de capacidades”, Editora Der (2021).
- “Mujer, cárcel y desigualdad”, *in* Revista Trayectorias Humanas Continentales (2018).
- “Discriminación: el caso de Lorenza Cayuhán”, Revista de Ciencias Sociales da Universidad de Valparaíso (2017).
- “Balance y Desafíos de la Nueva Política Penitenciaria”, Ministério da Justiça (2014).



- “Política Penitenciaria con enfoque de género”, Ministério da Justiça (2013).
- “Innovación en el Sector Justicia”, Ministério da Justiça (2012).
- “El primer programa chileno de suspensión condicional para adictos que delinquen”, *in* “Justicia Penal y Adicciones. Tribunales de Tratamiento de Drogas como Alternativa a la Sanción”. Fundação Paz Ciudadana - Lexis Nexis - Proyecto Acceso (2010).
- “La psicopatía como causal de imputabilidad”, Boletim do Centro de Estudios de la Justicia da Escuela de Derecho da Universidad Católica del Norte (dezembro 2003).
- “La autorización judicial como mecanismo de resguardo de derechos. Fundamentación y aplicación del principio de proporcionalidad”. Comentário à decisão do Juiz de Garantias que nega a autorização ao Ministério Público para entrar e registrar um imóvel, Informativo Jurídico, Editorial Jurídica de Chile N°35 (setembro 2003).
- Comentário referente a “Exclusión de prueba en razón de su ilicitud, en causa Ruc 0200087153-5, Juzgado de Garantía de Ovalle”, Revista de Derecho Procesal Penal No 6 (fevereiro 2003).
- Comentário relativo a “La facultad de suspensión de la pena aplicada en causa Ruc 0100057084-9, Juzgado de Garantía de Ovalle” (Revista de Derecho Procesal Penal No 3, novembro 2002).

## Distinções

Eleita uma das Cem Mulheres Líderes do Chile em 2007 e 2013 (Economia e Negócios de El Mercurio e Mulheres Empresárias).

Premiada como a Subsecretária com melhor desempenho no cumprimento das metas do Programa Chile gestiona do Ministério da Fazenda (2013).

Recebe o Prêmio da Agência Chilena de Eficiência Energética, categoria edificação pública, por projeto desenvolvido no edifício do Ministério da Justiça (2013).

## Pertencimento a Associações

Human Development and Capability Association.

Rede Internacional América Latina, África, Europa, Caribe. Território(s), Populações Vulneráveis e Políticas Públicas. Universidade de Limoges, França.

Associação Chilena de Justiça Terapêutica.



**Corte IDH**  
Protegendo Direitos

**Corte Interamericana de Derechos Humanos**